



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 23889 / 2023
Data 21 / 12 / 2023
Fls. 02 Rm. P

Ao Protocolo Geral do Município,

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **CICLO ALIMENTOS LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 21.714/2023, Pregão Eletrônico nº 024/2023.

Saquarema, 27 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,


Guilherme Castro
Pregoeiro
Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109

Assunto: **IMPUGNAÇÃO - PE CARNES**
De: Cássio Henrique <cassio.licitacao@gmail.com>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 21/12/2023 11:05



• IMPUGNA SAQUAREMA.pdf (~518 KB)

Ciclo Alimentos Ltda - Rua Altair, 48, Pindorama, Belo Horizonte/Minas Gerais.CNPJ 49.955.687/0001-08
- IE 45710790095 CEP: 30.880-610 (31) 971029854.

À EXMA. SRA. PREGOEIRA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA RIO DE JANEIRO

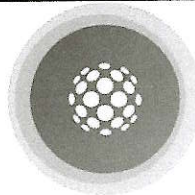
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023

CICLO ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.955.687/0001-08, localizada na Rua Altair, nº 48, Bairro Pindorama, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, bem como nos termos do item 12.1 do Edital, vem tempestivamente à presença de Vossa Excelência, oferecer sua IMPUGNAÇÃO AO EDITAL,

--

O software antivírus AVG realizou uma checagem de vírus neste e-mail.

www.avg.com



CICLO

— ALIMENTOS —

À EXMA. SRA. PREGOEIRA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023

CICLO ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.955.687/0001-08, localizada na Rua Altair, nº 48, Bairro Pindorama, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, bem como nos termos do item 12.1 do Edital, vem tempestivamente à presença de Vossa Excelência, oferecer sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e disposições legais que se seguem:

I– DA TEMPESTIVIDADE

O artigo 41, §2 da lei 8.666/93, estabelece que, o direito de impugnar o edital decaíra caso o impugnante não a fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

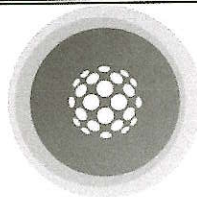
Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada:

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. **[Grifo nosso]**

O artigo 110 da supracitada lei prevê que a contagem dos prazos quando se tratarem de assuntos inerentes a sua aplicação, dever-se-á excluir o dia de início da contagem dos prazos e incluir o dia de vencimento.

No caso em tela, a abertura dos envelopes ocorrerá no dia, **29/12/2023**, por conseguinte, o prazo para o protocolo da impugnação se finda no dia, **22/12/2023**, tornando, portanto, tempestiva a presente impugnação.

II– DA LEGITIMIDADE



CICLO

— ALIMENTOS —

A Impugnante é parte legítima para impugnar o presente edital, na figura de licitante, uma vez que atua no mercado de licitações com atividade empresarial de venda de gêneros alimentícios, de forma que, deseja participar do certame em epígrafe.

O artigo 41, § 1º da lei 8.666/93, estabelece como parte legítima para a impugnação do ato convocatório qualquer cidadão que observar que haja irregularidade no instrumento convocatório.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. **[Grifo nosso]**

Portanto, não resta dúvidas quanto a legitimidade da impugnante, devendo, desta forma, ser analisada pelo(a) Presidente da Comissão de licitação, conforme determina a lei.

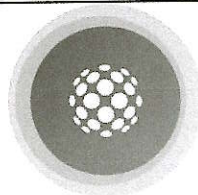
II – DOS FATOS

Foi publicado pela Prefeitura Municipal de Saquarema, cujo objeto é o Registro de preços para a futura e eventual aquisição de carnes para a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino e diversos setores da secretaria municipal de desenvolvimento social, de conformidade com as especificações constantes no edital e seus anexos.

Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se a existência de cláusula restritiva à participação de diversas empresas, mormente no à exigência de alvará sanitário ou laudo de inspeção sanitária, conforme previsão do item 11.11.3., senão vejamos

8.4.1 - Alvará Sanitário ou Laudo de Inspeção Sanitária, devidamente atualizado na data de abertura da proposta, emitido pela Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde ou outro órgão competente, licenciando a empresa para comercializar os produtos, objeto desta licitação (CARNES).

Tal exigência é totalmente indevida, uma vez que já é exigida pelo fabricante do produto tal inspeção, de sorte que, o intermediador da venda possui apenas atividade de intermediação na venda sendo dispensado seu alvará sanitário, tal como preconiza a lei Municipal de Belo Horizonte n.º 7.031 de 1996.



CICLO

— ALIMENTOS —

No caso em tela há uma enorme diferença entre empresas que **fabricam/industrializam** produtos de origem animal das que apenas as **comercializam**. Tal fato é público e notório para todos que atuam na área.

A Impugnante, é uma empresa que apenas e tão somente **comercializa** produtos, sendo que sua fiscalização se limita à vigilância sanitária local em sua cidade sede, que conforme consta na documentação da empresa, é dispensada da emissão do alvará sanitário, o que não obsta por sua vez de adquirir e revender produtos de origem animal advindos da empresa absolutamente regular, senão vejamos:



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Municipal

Belo Horizonte, 12 de julho de 2023.

Razão Social: CICLO ALIMENTOS LTDA
Endereço: RUA ALTAIR, 48 - /PINDORAMA
CNPJ: 49955687000108

Atividade(s) passível(eis) de licenciamento sanitário não exercida(s) no local:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO CNAE/CBO:

4639701 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL

4634601 - COMERCIO ATACADISTA DE CARNESBOVINAS E SUINAS E DERIVADOS

Atividade(s) não passível(eis) de licenciamento:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO CNAE/CBO:

4617600 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, BEBIDAS E FUMO

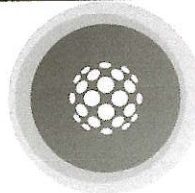
A Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte declara que a(s) atividade(s) econômicas(s) formalizada(s) pela pessoa jurídica/física supracitada está(ão) dispensada(s) de licenciamento sanitário pela Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte conforme o artigo 19 da Lei Municipal 7031 de 12 de janeiro de 1998 e suas atualizações.

Notas:

1 - A Vigilância Sanitária poderá convocar o empreendedor ao licenciamento sanitário deste estabelecimento nos casos em que considerar necessário, conforme dispõe a legislação em vigor.

2 - Verifique se a atividade econômica dispensada do licenciamento sanitário municipal é passível de licenciamento sanitário pela Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

Os produtos comercializados pela Impugnante por sua vez possuem registro no IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária, sendo equivalente ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e/ou mesmo SIF - Serviço de Inspeção Federal, **podendo os produtos serem comercializados em todo o território nacional:**



CICLO

— ALIMENTOS —

O Serviço de Inspeção de Minas Gerais é equivalente ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), possibilitando que os estabelecimentos registrados no IMA realizem o comércio de seus produtos em todo o território nacional¹.

Assim, manter a obrigação de apresentação de alvará ou licença sanitária, retira a concorrência do processo licitatório para àqueles que a lei dispensa a exigência como no presente caso, fazendo com que a Administração efetue um gasto superior ao orçado, bem como não haja competição entre licitantes, o que de fato, é totalmente vedado pela legislação pátria.

Como tal proceder, como dito, manter tal exigência no edital constitui grave ilegalidade (Lei nº 8.666/93, art. 3º, I c/c art. 37, XXI da CF/88), busca esta Impugnação a apuração do ocorrido, com a consequente correção do ato convocatório, retirando do termo de referência a exigência prevista no item 8.4.1. para àqueles que a lei dispensar.

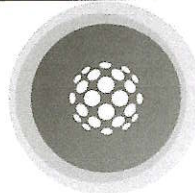
III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS APLICADOS AOS FATOS

A mencionada previsão editalícia ofende frontalmente princípios e diretrizes trazidas pela Lei de Licitações e Contratos, assim como entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, além de restringir de forma injustificada a participação de inúmeros licitantes em potencial.

A lei 8.666/93, em seu artigo 3º, §1º, I, estabelece que seja requisito básico ao processo licitatório a observância do princípio constitucional da isonomia, buscando sempre a contratação mais vantajosa para a Administração, vedando aos agentes públicos, a inclusão no edital de cláusulas que comprometam, restrinja ou e que frustrem a competitividade, se não vejamos:

Art. 3º - **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

¹ <http://www.ima.mg.gov.br/acontece-no-ima/1560-ima-padroniza-normas-para-adesaoautomatica-ao-sisbi>



CICLO

— ALIMENTOS —

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifo o nosso)

Exigir **ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA** quando a lei dispensar é jogar as urtigas todos os preceitos estabelecidos na lei 8666/93, uma vez que a exigência desrespeita o princípio constitucional da Isonomia, pois conforme leciona José Santos de Carvalho Filho², “a igualdade na licitação significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro”.

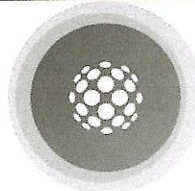
Vale dizer que a plena igualdade entre os candidatos, requer que não haja a inserção de cláusulas que, arbitrariamente, sejam formuladas em proveito ou detrimento de alguém, vez que se assim ocorrer, não será possível haver a escolha da proposta mais vantajosa para a administração, posto que haverá licitantes que terão sua participação impedida, o que consequentemente destoarà da busca da proposta mais vantajosa.

Impende comentar que a Administração Pública, está sujeita aos limites da discricionariedade e que a Constituição Federal, Lei Maior, orienta-se pelo princípio da restrição mínima, de modo que não defere ao administrador a faculdade de, ao discriminar as condições de habilitação, optar por critérios que frustrem o caráter competitivo.

O próprio artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, estabelece que as compras devem ser precedida de processo licitatório que assegurem a igualdade de condições a todos os licitantes.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 16. ed. rev., amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 208;



CICLO

— ALIMENTOS —

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O Administrador, em hipótese alguma pode se valer de exigências desproporcionais e despropositais, pois de acordo com a art. 37, XXI, da CF, somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ora, a constituição exige a igualdade na participação entre os licitantes de forma que, semanticamente exige que a licitação seja precedida de ampla concorrência, ou seja, com o maior número de participantes possíveis, vedando ao Administrador Público a utilização de critérios subjetivos que delimitam o número de participantes, pois, se assim for, não há justificativa em haver processo licitatório, uma vez que não há concorrência.

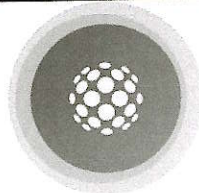
Outrossim, tal exigência não esta prevista no art. 30 da lei 8.666/93, lei de licitações, de sorte que, qualquer exigência prevista no edital deve estar calçada de legalidade e fundamentação.

Nessa linha de pensamento, ensina o ilustre Mestre Marçal Justen Filho³ que, para a escolha do resultado de um processo lógico, a Administração deve revelar os critérios que a levaram a tomar tal decisão, e se tal decisão é pautada em critérios técnico-científicos que a justifique de forma inequívoca.

A escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas. Portanto, o questionamento do particular conduz, em primeiro lugar, à Administração revelar publicamente os motivos de sua decisão. Depois, conduz à aplicação da teoria dos motivos determinantes. Ou seja, se a Administração tiver avaliado mal a realidade, reputando como indispensável uma experiência que tecnicamente se revela como dispensável, seu ato não pode prevalecer. (...). Trata-se de restrição ao universo dos licitantes, o que somente revela-se constitucional quando for indispensável à segurança da Administração Pública.

Nesse ponto é imperioso destacar que a Constituição autoriza apenas exigência que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não se admitem exigências que vão além disso. **Logo, a Administração não poderá respaldar seus atos com**

³ - in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos- Marçal Justen Filho;



CICLO

—ALIMENTOS—

a invocação de que a exigência amplia sua segurança. É evidente que o máximo de segurança corresponderia ao máximo de restrição. Essa não é a solução autorizada pela Constituição. (Grifo o nosso)

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA / PREVISIBILIDADE PARA REPRESENTANTES COMERCIAIS, PARA ARMAZENAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E PRODUÇÃO / PREVISIBILIDADE PARA O CNAE DE “COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS” (CARNE INCLUÍDA) APENAS PARA COMERCIALIZAÇÃO / POSSIBILIDADE.

1. A título de exemplo, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG, que é uma referência técnica para os demais municípios do Estado de Minas Gerais fez constar em seus editais, todos estes apontamentos apresentados por essa empresa recorrida.

2. A afirmativa pode ser comprovada através de simples leitura ao Edital de Pregão Eletrônico n. 10/2023, cujo Processo é o 04.000130.23.36, recém realizado no dia 05 (cinco) de junho de 2023, que pode ser obtido no SITE PARA CONSULTAS: www.licitacoes-e.com.br ou www.pbh.gov.br.

3. A título de sugestão, a fim de se evitar dúvidas, para os próximos editais de licitação, essa empresa recorrida sugere a inserção no item que tratar da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, das seguintes COMPROVAÇÕES:

Comprovação conforme abaixo:

1. No caso de estabelecimentos de carnes e derivados (ABATEDOUROS FRIGORÍFICOS E UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS): comprovação de SIF próprio, ou SISBI-POA, ou documento equivalente emitido pelo IMA quando comercialização dos produtos ocorrer dentro do Estado de Minas Gerais;

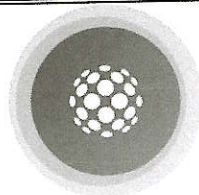
2. No caso de estabelecimentos de armazenagem classificados como ENTREPOSTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: comprovação de SIF próprio, ou SISBIPOA, ou documento equivalente emitido pelo IMA quando a comercialização dos produtos ocorrer dentro do Estado de Minas Gerais;

3 No caso do comércio atacadista: obrigatória a apresentação de licenciamento e/ou alvará sanitário emitido pela Vigilância Sanitária local.

3.1. Os produtos ofertados pelo comércio atacadista deverão ser acondicionados e rotulados com os selos do SIF, do SISBI-POA ou do IMA, a serem indicados na proposta e comprovados na avaliação das amostras, nos termos dos subitens 13.2.3 e 1.3.1 do Anexo IV.

4. No caso de representantes comerciais (pessoas jurídicas), documento que comprove dispensa do Alvará Sanitário ou dispensa da Licença Sanitária emitida pela VISA do local da sede da empresa.

4.1. No caso de representantes comerciais cujo objeto social também inclua outras atividades que exijam Alvará Sanitário, este Alvará, emitido pela VISA local da sede da empresa, deverá ser apresentado.



CICLO

—ALIMENTOS—

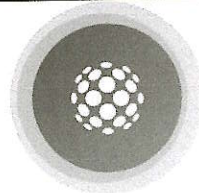
4. Já em relação ao item que tratar da Documentação Complementar a ser apresentada para o caso das empresas vencedoras, em um prazo máximo de 3 dias da habilitação, sugerimos:

Quando da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar:

- a) Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo Anexo IX.
 - b) Declaração de Conformidade para Transporte de Alimentos” para cada um dos veículos destinados ao transporte dos produtos, conforme Resolução SES/MG nº 6458, de 5/11/2018, ou documento similar, na hipótese de a Contratada ser de outro Estado.
 - c) No caso da logística de distribuição/fornecimento, com armazenamento prévio, por meio de empresa transportadora, esta deverá informar o nome, endereço e o CNPJ do estabelecimento onde serão armazenadas as carnes a serem distribuídas nos locais indicados
 - d) Somente para os licitantes que realizam comércio atacadista ou que se enquadrem como representantes comerciais: informar o nome, endereço e o CNPJ do estabelecimento onde serão armazenadas as carnes a serem distribuídas nos locais indicados
- I. O(s) local (is) de armazenamento de que trata as alíneas “c” e “d” deverá (ão) ter condições de estruturas física e higiênico sanitária satisfatórias ao acondicionamento das carnes
- a). A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 17.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável.
 - b). As despesas com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município “DOM” correrão por conta da Administração Municipal.

5. Vale lembrar ainda, que a qualquer tempo, os responsáveis pela condução dos certames licitatórios poderão **realizar diligência para esclarecer ou complementar** a instrução do processo.

6. Ora, DD. Pregoeira, é sabido que a licitação caracteriza **procedimento administrativo formal** (art. 4ª, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993), por meio do qual a Administração Pública, mediante normas inseridas em instrumento convocatório, convida interessados para apresentar propostas para o oferecimento de bens e serviços, devendo observar durante todas as fases as exigências, requisitos, prazos e demais regras que regulamentam o certame.



CICLO

—ALIMENTOS—

7. Entretanto, tal característica não permite a adoção de formalismos exacerbados durante o transcorrer da licitação, **pois meras irregularidades, de fácil solução, não poderão constituir motivo para a exclusão de licitantes do certame, como é o caso ora verificado.** Nesse sentido, ensina o Ministro do TCU Marcos Vilaça:

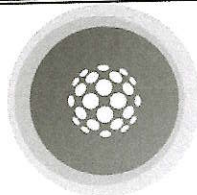
“O apego a **formalismos exagerados** é uma **manifestação perniciosa da burocracia** que, além de **não resolver apropriadamente problemas cotidianos**, ainda causa Danos ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. **Esquece-se o interesse público e passa-se a conferir pontos e vírgulas, como se isso fosse o mais importante a fazer**” (Grifos nossos).

8. Nasce, a partir desse entendimento, o **princípio do formalismo moderado**, já consagrado em julgado do Supremo Tribunal Federal, veja-se:

O formalismo moderado, no processo administrativo disciplinar, corresponde à instrumentalidade das formas, em sede de processo jurisdicional, frisando-se a relação é de correspondência e não igualdade. **É A IDEIA DE QUE FORMA DEVE SER ADEQUADA AO ALCANCE DO FIM COLIMADO PELA LEI:** o exercício da competência disciplinar dentro dos quadrantes da legalidade. (Comentários à Lei Federal de Processo Administrativo (Lei n. 9.784/99), Coordenação de Lúcia Valle Figueiredo, 2ª Edição, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2008, páginas 32 e 33). MANDADO DE SEGURANÇA 28.866 DISTRITO FEDERAL, relatado pelo ilustre Ministro Luiz Fux. (Grifo nossos)

A licitação se destina a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Na nova lei de licitação, a vantajosidade é prevista no rol de objetivos do processo licitatório (art. 11, inc. I).

Como se sabe, o edital de um procedimento licitatório não pode se constituir como um fim em si mesmo, uma vez que se firma como instrumento apto para viabilizar a consecução das finalidades do certame licitatório, das quais podemos destacar: **assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e garantir a igualdade de oportunidade de participação dos interessados**, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.



CICLO

—ALIMENTOS—

Não obstante, é sabido que a Administração Pública passa pelo controle interno, bem como pela fiscalização dos Tribunais de Contas de suas respectivas unidades da Federação, no caso, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, bem como a fiscalização por parte do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, a fim de que seja assegurado a obediência da legislação aplicável, e, sobretudo, da observância aos preceitos da Carta Magna – a Constituição Federal de 1988 –, sob pena de anulação dos atos, bem como de responsabilização por uma das quatro esferas de responsabilidades do Direito, quais sejam, a Responsabilização Civil, a Criminal, a Administrativa e a última, não menos importante, e trazida recentemente pela Doutrina, a Responsabilização por Ato de Improbidade Administrativa.

Assim, a inserção de cláusulas que restringem o fim maior do processo licitatório, qual seja, a busca da contratação mais vantajosa, é passível de questionamento junto aos responsáveis pela fiscalização e controle dos atos Administrativos, inclusive, a responsabilização pelos atos em que não houver estipulados todos os requisitos do Ato Administrativo, **competência, Finalidade, Forma, Motivo e Objeto.**

Portanto, tendo em vista que exigir alvará sanitário ou licença sanitária àqueles dispensados por lei fere o princípio da legalidade e da isonomia e, conseqüentemente, frustra o caráter competitivo da licitação, razão pela qual, é necessário a retirada de tal exigência do edital, para que possibilite a participação do maior número de licitantes interessados.

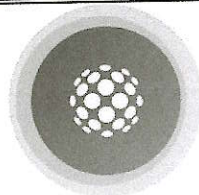
IV– DOS PEDIDOS

Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria **PROCEDÊNCIA** da presente **IMPUGNAÇÃO** para que seja modificado o Edital, de acordo com os pedidos que se segue:

01 - A procedência da impugnação em sua totalidade;

02- Em caso de manutenção da cláusula 11.11.2, QUE SEJA INCLUÍDO A POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE DISPENSA EM SUBSTITUIÇÃO AO ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA PREVISTAS NO ITEM 8.4.1 DO EDITAL, NOS CASOS PREVISTOS EM LEI.

03 - Seja republicado o Edital com as devidas alterações, sob pena de representação junto ao Ministério Público Estadual, bem como ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sem prejuízos das ações cabíveis;



CICLO

—ALIMENTOS—

Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail **cassio.licitacao@gmail.com** e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Rua Atair, n.º 48, B. Pindorama, CEP 30.880-610, Belo Horizonte—MG.

Belo horizonte 21 de dezembro de 2023

Nestes termos,
pede-se e aguarda deferimento.

CASSIO HENRIQUE DE SOUZA:11471139638
Assinado de forma digital por
CASSIO HENRIQUE DE
SOUZA:11471139638
Dados: 2023.12.21 11:03:18
-03'00'

Cássio Henrique de Souza



PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE ORIGEM: 21.714/2023

PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO: 23.889/2023

REQUERENTE: CICLO ALIMENTOS LTDA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2023

IMPUGNAÇÃO, referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2023, cujo objeto da presente licitação é “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO – CRECHE, PRÉ-ESCOLAR, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA – DURANTE O ANO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.”, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas no Edital e em todos os seus anexos.

Trata a presente análise da solicitação de **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **CICLO ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.955.687/0001-08, que apresentou impugnação contra os termos do Edital de **Pregão Eletrônico nº. 024/2023**, encaminhada ao Pregoeiro deste Município, informando o que se segue:

1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO:

O pedido de impugnação foi recebido em 21/12/2023 e protocolado sob o processo administrativo de nº 23889/2023, pela empresa **CICLO ALIMENTOS**



PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

LTDA. A impugnação é tempestiva, uma vez que interposta de acordo com Art. 41, §2º da Lei 8.666/93.

2. DA AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE

De acordo com o Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, in verbis:

“Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

[...]

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;”

Verifica-se que não foi juntado aos autos da Impugnante nenhum documento que prove legalmente sua representatividade (contrato ou estatuto social em vigor e identidade dos sócios).

Certos atos e peças jurídicas exigem sua formalidade para garantia de seu reconhecimento e sobretudo, a segurança jurídica para a formalização dos negócios, sendo o formalismo contratual, o feitiço para garantia de seus princípios, entre eles, o princípio da segurança jurídica.

Substanciado no Art. 75º, inciso VIII do novo CPC e nos requisitos disposto no instrumento convocatório, **razão que não merece prover o conhecimento da presente impugnação, diante da falta de pressupostos de admissibilidade.**

3. DA ANÁLISE:

A título de esclarecimento, quanto aos fatos apresentados, deve-se esclarecer que a transcrição no formato de citação direta às fls. 2 não corresponde ao item 11.11.3 que se entende ser o objeto da presente, tampouco fora localizado o item 8.4.1 que alude a impugnante.



PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

No entanto, cabe esclarecer que o disposto no Termo de Referência, Anexo I ao Edital em epígrafe, tem por qualificação técnica, dentre outras comprovações legais a fim de garantir a seguridade desta pretensa contratação de caráter essencial, a apresentação de Certificado de Inspeção Sanitária emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária (ou equivalente) do Município sede da licitante, ou do Governo Federal referente às instalações da empresa, comprovando que a mesma está apta a armazenar e comercializar produtos alimentícios:

19.4 Apresentar Certificado de Inspeção Sanitária emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária (ou equivalente) do Município sede da licitante, ou do Governo Federal referente às instalações da empresa, comprovando que a mesma está apta a armazenar e comercializar produtos alimentícios, conforme prevê o artigo 45 e 46 do Decreto Lei 986 de 21 de outubro de 1969.

Desta forma, mediante declaração formal do órgão competente, deverá a licitante apresentar a devida comprovação de aptidão para as atividades, qual seja, a apresentação do alvará sanitário **OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**, conforme dispõe o item 19.4 do Termo de Referência Anexo I do Edital, considerando ainda o formato que dispõe o Município de Belo Horizonte para declaração de dispensa de licenciamento sanitário inclusa no teor desta impugnação.

O Decreto-Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969 que dispõe de normas básicas sobre alimentos, no Capítulo IX, quanto aos estabelecimentos dispõe de instalações e o funcionamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou deposite alimento, na forma de estarem previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará, tratando-se de uma norma geral que substantia a presente exigência.

Portanto, não há respaldo para alteração de cláusula editalícia deste certame que pretende a aquisição de gêneros alimentícios para compor a alimentação escolar da rede pública municipal de Saquarema, e sim, a devida interpretação das condições que regem as



PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

especificidades de cada objeto que pretende a Administração a fim de garantir o melhor resultado considerando a indisponibilidade do interesse público.

Dessa forma, por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, não recebo a Impugnação interposta, pois tempestiva, mas, ausentes elementos de representatividade da Impugnante e quanto ao mérito julgo **IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **CICLO ALIMENTOS LTDA** pelas razões supracitadas e reitero que não foram encontrados elementos no edital que configure vícios, nem ilegalidades no instrumento convocatório.

Dê ciência e publicidade desta decisão.

Mantenha-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2023 inalterado até a presente data.

Ao Setor Jurídico do Município para parecer.

Saquarema, 27 de dezembro de 2023.


GUILHERME CASTRO
Matrícula 8109
Pregoeiro **Guilherme V. e Castro**
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109